

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Águas do Mirante S.A.
Piracicaba - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Mirante S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas do Mirante S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wagner Petelin', written over a circular stamp or seal.

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Águas do Mirante S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2015	2014	Passivos	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.600	52	Fornecedores e empreiteiros	10	8.389	13.332
Aplicações financeiras	5	-	7.673	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	428	166.850
Contas a receber de clientes	6	4.447	8.092	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.278	882
Ativo fiscal corrente	7	1.819	1.785	Obrigações fiscais	13	1.405	2.234
Outros créditos		839	505	Adiantamento de clientes		-	6.775
Total do ativo circulante		14.705	18.107	Contas correntes partes relacionadas	9	-	25.130
				Total do passivo circulante		11.500	215.203
Aplicações financeiras	5	3.228	6.775	Fornecedores e empreiteiros	10	-	2.221
Ativo fiscal não corrente	7	7.507	3.970	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	166.976	4.323
Ativo fiscal diferido	20	4.458	1.610	Adiantamento de clientes		3.228	-
Depósitos judiciais		8	126	Contas correntes partes relacionadas	9	70.570	-
Total do realizável a longo prazo		15.201	12.481	Provisão para contingências	14	31	-
				Total do passivo não circulante		240.805	6.544
Intangível	8	242.265	216.692	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		257.466	229.173	Capital social	15	28.326	28.326
				Prejuízos acumulados		(8.460)	(2.793)
Total do ativo		272.171	247.280	Patrimônio líquido		19.866	25.533
				Total do passivo		252.305	221.747
				Total do passivo e patrimônio líquido		272.171	247.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	16	74.766	147.477
Custos dos serviços prestados	17	<u>(54.944)</u>	<u>(125.257)</u>
Lucro bruto		<u>19.822</u>	<u>22.220</u>
Despesas administrativas e gerais	18	(12.723)	(14.426)
Outras receitas operacionais		-	1
Outras despesas operacionais		<u>-</u>	<u>(92)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>7.099</u>	<u>7.703</u>
Receitas financeiras	19	540	486
Despesas financeiras	19	<u>(16.154)</u>	<u>(11.350)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(15.614)</u>	<u>(10.864)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(8.515)</u>	<u>(3.161)</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>2.848</u>	<u>1.002</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(5.667)</u></u>	<u><u>(2.159)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Prejuízo do exercício	<u>(5.667)</u>	<u>(2.159)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(5.667)</u></u>	<u><u>(2.159)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	<u>33.263</u>	<u>(11.537)</u>	<u>21.726</u>	<u>(634)</u>	<u>21.092</u>
Integralização de capital em dinheiro	-	6.600	6.600	-	6.600
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.159)</u>	<u>(2.159)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>33.263</u>	<u>(4.937)</u>	<u>28.326</u>	<u>(2.793)</u>	<u>25.533</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.667)</u>	<u>(5.667)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>33.263</u>	<u>(4.937)</u>	<u>28.326</u>	<u>(8.460)</u>	<u>19.866</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(8.515)	(3.161)
Ajustes para:		
Amortização	7.611	2.585
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.779	10.134
Juros sobre aplicações financeiras	(357)	(413)
Constituição de contingências	31	-
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.881	-
	<u>16.430</u>	<u>9.145</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	764	(4.934)
Ativo fiscal corrente	(3.571)	(3.333)
Adiantamentos a fornecedores	-	1.637
Outros créditos e depósitos judiciais	(216)	(584)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	(7.164)	10.905
Obrigações trabalhistas e sociais	396	187
Obrigações fiscais	(829)	1.147
Juros pagos	(23.681)	(13.320)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(26)
	<u>(17.871)</u>	<u>824</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(17.871)</u>	<u>824</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	8.030	(7.260)
Aquisição de intangível	(28.181)	(103.590)
	<u>(20.151)</u>	<u>(110.850)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(20.151)</u>	<u>(110.850)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro	-	6.600
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	155.199	196.050
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(155.069)	(122.000)
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	45.440	25.130
	<u>45.570</u>	<u>105.780</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>45.570</u>	<u>105.780</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>7.548</u>	<u>(4.246)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	52	4.298
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>7.600</u>	<u>52</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>7.548</u>	<u>(4.246)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas do Mirante S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo. A Companhia foi constituída em 01 de março de 2012, com a denominação de Adnos Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. Em 23 de maio de 2012, com a mudança dos acionistas, a razão social também foi alterada para a atual, iniciando efetivamente suas operações em 11 de junho de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012 firmado com a SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de Piracicaba, São Paulo (doravante denominada “SEMAE”), concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido Contrato de Concessão consiste na exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Piracicaba, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria-público privada, na modalidade administrativa, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, renovável por igual período.

A Companhia tem por objeto a operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de coleta, tratamento, deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem, projeto e construção dos referidos sistemas, fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim, compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim, operação de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais, prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da sociedade e participação em outras sociedades dedicadas à sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista.

Como marco do contrato de parceria público privada firmado entre a Companhia e o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto, a Companhia se comprometeu à construção de uma nova estação de tratamento de esgoto denominada ETE - Bela Vista. Esta estação de tratamento foi concluída em 27 de dezembro de 2013. Com o atendimento deste marco e do marco nº 4 do contrato de parceria pública privada, a Companhia atingiu o nível de 100% de esgoto tratado na cidade de Piracicaba.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 04 de fevereiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 8** - Definição de vida útil do ativo intangível; e
- **Nota explicativa nº 14** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos; e
- **Nota explicativa nº 20** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e empreiteiros, conta corrente a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar.

(iv) Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item "I".

- Intangível em andamento

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- os dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2015 com relação a este assunto.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

h. Benefícios a empregados

(i) *Benefício de curto prazo*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Benefício pós-emprego - planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

i. Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Serviços de esgotamento sanitário*

A receita relacionada ao serviço de esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de esgoto.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

l. Contratos de Concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É

prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

m. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2015	2014
Caixa	7	3
Banco conta movimento	7.593	46
Aplicações financeiras	-	3
	<u>7.600</u>	<u>52</u>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	2015	2014
CDB - Pós-fixado	98,1% a 103% do CDI	<u>3.228</u>	<u>14.448</u>
		<u>3.228</u>	<u>14.448</u>
Circulante		-	7.673
Não circulante		3.228	6.775

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O ativo financeiro apresentado no não circulante é uma garantia relativo aos recebimentos do Contrato de Concessão.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2015	2014
Faturamento de serviço de esgoto	7.328	7.850
Contas a receber partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	-	242
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.881)	-
	4.447	8.092

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Saldos Vencidos		
	Saldos a vencer	Mais de 180 dias	Total 2015
SEMAE	4.447	2.881	7.328
	4.447	2.881	7.328

	Saldos vencidos				
Classe de consumidor	Saldo a Vencer	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	Total 2014
SEMAE	3.729	2.375	1.746	4.121	7.850
Águas de Matão S.A.	242	-	-	-	242
	3.971	2.375	1.746	4.121	8.092

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015:

	Saldo em 2014	(+) Adições	Saldo em 2015
Natureza			
Correntes	-	(2.881)	(2.881)
	-	(2.881)	(2.881)

O valor de provisão para crédito de liquidação duvidosa se refere a volume de esgoto tratado de órgãos públicos na Cidade de Piracicaba-SP. A Companhia tem adotado medidas administrativas e comerciais junto ao SEMAE com intuito de receber esses valores.

7 Ativo fiscal corrente e não corrente

	2015	2014
PIS - Programa de integração social	13	9
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	64	266
INSS retido na fonte (a)	9.151	5.407
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	42	73
PIS/COFINS/CSLL retido	6	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	50	-
	9.326	5.755
Circulante	1.819	1.785
Não circulante	7.507	3.970

- (a) O saldo refere-se a retenções de INSS calculado sobre as notas fiscais de serviços prestados pela Companhia. Durante o exercício de 2015 e 2014 a Companhia ingressou com pedidos de restituição e aguarda a aprovação das autoridades fiscais para ressarcimento dos montantes retidos.

8 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Prazo remanescente	Taxa média anual	31/12/2015			31/12/2014
				Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura							
Outorga / Contrato de concessão							-
Instalações técnicas de saneamento	25	de 23 a 25	4,0%	15.488	(611)	14.877	10.589
Edificações de estações de tratamento	de 10 a 26	de 10 a 26	3,9%	213.316	(9.100)	204.216	169.504
Máquinas e equipamentos	de 05 a 20	de 3 a 20	7,1%	1.270	(183)	1.087	710
Outros componentes	de 03 a 15	de 01 a 15	10,6%	1.908	(541)	1.367	1.267
				231.982	(10.435)	221.547	182.070
Intangível em andamento							
Intangível em andamento				20.678	-	20.678	34.544
Adiantamento a fornecedores							-
				20.678	-	20.678	34.544
Software							
Licença de uso de software	3	de 01 a 03	33,0%	153	(113)	40	78
				153	(113)	40	78
				252.813	(10.548)	242.265	216.692

b. Movimentação do custo

Ativo	2014		2015		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	10.702		-	4.786	15.488
Edificações de estações de tratamento	171.847	2.542	-	38.927	213.316
Máquinas e equipamentos	836	212	-	222	1.270
Outros componentes	1.552	204	-	152	1.908
	184.937	2.958	-	44.087	231.982
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	34.544	30.221	-	(44.087)	20.678
	34.544	30.221	-	(44.087)	20.678
Software					
Licença de uso de software	148	5	-	-	153
	148	5	-	-	153
	219.629	33.184	-	-	252.813

Ativo	31/12/2013		31/12/2014	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	-	-	10.702	10.702
Edificações de estações de tratamento	636	-	171.211	171.847
Máquinas e equipamentos	965	457	(586)	836
Outros componentes	895	65	592	1.552
	2.496	522	181.919	184.937
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	106.190	110.273	(181.919)	34.544
	106.190	110.273	(181.919)	34.544
Software				
Licença de uso de software	102	46	-	148
	102	46	-	148
	108.788	110.841	-	219.629

c. Movimentação da amortização

Ativo	2014	2015	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Instalações técnicas de saneamento	(113)	(498)	(611)
Edificações de estações de tratamento	(2.343)	(6.757)	(9.100)
Máquinas e equipamentos	(126)	(57)	(183)
Outros componentes	(285)	(256)	(541)
	(2.867)	(7.568)	(10.435)
Software			
Licença de uso de software	(70)	(43)	(113)
	(70)	(43)	(113)
	(2.937)	(7.611)	(10.548)

Ativo	2013	2014	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Instalações técnicas de saneamento	-	(113)	(113)
Edificações de estações de tratamento	(5)	(2.338)	(2.343)
Máquinas e equipamentos	(120)	(6)	(126)
Outros componentes	(196)	(89)	(285)
	(321)	(2.546)	(2.867)
Software			
Licença de uso de software	(31)	(39)	(70)
	(31)	(39)	(70)
	(352)	(2.585)	(2.937)

O ativo intangível, registrado nas rubricas direito de exploração da infraestrutura e em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os juros capitalizados sobre empréstimos na rubrica de intangível em andamento totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 5.003 e uma taxa média de 12,57% a.a.(R\$ 7.321 em 2014, e uma taxa média de 12,88%) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”, no demonstrativo acima.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum fato que justificasse efetuar uma provisão em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

9 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2015 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 531 (R\$ 905 em 2014). Este montante foi registrado no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 3 h (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com empresas ligadas do mesmo grupo econômico e estão abaixo demonstradas:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Contas a receber (nota explicativa nº 6) (a)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	-	242	-
	-	-	242	-
Ativo não circulante				
Aquisições de ativo intangível no exercício (a)				
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominado Engepav Engenharia e Comércio Ltda.)	-	-	636	-
Águas de Matão S.A.	186	-	-	-
Equipav Engenharia Ltda.	1.014	-	-	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	19	-	-	-
Minerpav Mineradora Ltda.	14	-	-	-
	<u>1.233</u>	-	<u>636</u>	-
	<u>1.233</u>	-	<u>878</u>	-

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Passivo circulante (a) e (b)				
Fornecedores (nota explicativa nº 10)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	302	-	3.148
Águas de Matão S.A.	-	62	-	-
Águas de Guariroba S.A.	-	-	-	35
Equipav Engenharia e Comércio Ltda.	-	-	-	528
Equipav S.A. Pavimentação, Engenharia e Comércio.	-	-	-	521
Equipav Tecnologia e Engenharia Ltda.	-	-	-	4.980
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	-	64	-	46
Minerpav Mineradora Ltda.	-	-	-	1
	-	428	-	9.259
Contas corrente a pagar (c)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	-	-	25.130
Passivo não circulante				
Contas corrente a pagar (c)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	70.570	-	-
	-	70.998	-	34.389
Resultado do Período				
Custos e despesas dos serviços prestados (a)				
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.			275	-
			275	-
Despesas de vendas administrativas e gerais (a) e (b)				
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominado Engepav Engenharia e Comércio Ltda.)			-	636
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.			298	530
Aegea Saneamento e Participações S.A.			3.700	5.694
			3.998	6.860
			4.273	6.860

- (a) Refere-se a contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda., serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços administrativos (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo circulante e não circulante, referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia classificou o saldo no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 23 - Eventos subsequentes, a Controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizará o montante de R\$ 70.570 no capital social da Companhia, mediante a utilização de créditos decorrentes de conta corrente.

10 Fornecedores e empreiteiros

	2015	2014
Prestação de serviços e empreiteiros a pagar	7.961	6.294
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	428	9.259
	8.389	15.553
Circulante	8.389	13.332
Não circulante	-	2.221

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor original	2015	2014
Debêntures (ponte)	CDI + 3,15% a.a.	maio/15	155.000	-	166.717
CEF	TR + 8,5% a.a.	fevereiro/39	195.735	162.176	-
Finame	Pré-fixado 6% a.a.	outubro/24	174	164	174
Finisa	Pré-fixado 3,5% a.a.	novembro/23	8.460	4.918	4.059
Outros	Leasing	janeiro/17	433	146	223
				167.404	171.173
Circulante				428	166.850
Não circulante				166.976	4.323

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais dos empréstimos e financiamentos não circulantes:

	2015	2014
2016	-	605
2017	590	604
2018	599	603
2019	5.731	602
2020	5.507	601
2021 em diante	162.055	1.827
	174.482	4.842
Custo de captação (longo prazo)	(7.506)	(519)
Total	166.976	4.323

Em 30 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - Finisa - Setor Privado (120 meses) junto à Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 8.460, para fazer frente ao seu programa de investimentos. Do valor total, R\$ 4.912 já foram desembolsados. Tal financiamento é destinado à aquisição de equipamentos/hidrômetros ao tomador

Em 15 de maio de 2014, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 1.550 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias (em substituição a 1ª emissão liquidada), com valor nominal total de R\$ 155.000. A 2ª emissão de debentures foi integralmente quitada em 25 de junho de 2015.

Em 24 de fevereiro de 2015 a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo (prazo total de 240 meses) junto à Caixa Econômica Federal e repasse via Banco BTG Pactual S.A., no montante total de R\$ 195.735 para fazer frente ao seu programa de investimentos. Do valor total, R\$ 161.467 já foram desembolsados. Tal financiamento é destinado ao programa de investimentos necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes de contrato de concessão.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são:

- Alienação fiduciária das ações da Aegea Saneamento e Participações;
- Vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão;
- Notas Promissórias no valor do contrato; e
- Garantia Fidejussória assumida pela interveniente anuente Aegea Saneamento e Participações S.A.

Durante o exercício de 2015, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 8.023 (R\$ 1.256 em 2014) totalizando o montante de R\$ 344 curto prazo e R\$ 7.506 longo prazo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 213 curto prazo e R\$ 519 longo prazo em 31 de dezembro de 2014) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2015	2014
Salários e ordenados	12	29
Participação nos lucros	551	397
Empréstimo consignado	21	-
Provisão de férias	411	277
Encargos sociais	283	179
	<u>1.278</u>	<u>882</u>

13 Obrigações fiscais

	2015	2014
PIS - Programa de integração social	173	257
COFINS - Contribuição para o financiamento a seguridade social	799	1.464
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	3	-
ISS - Imposto sobre serviços	70	325
PIS/COFINS/CSLL retidos	310	26
ISS - Imposto sobre serviços retidos	25	112
INSS retido	17	19
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	8	31
	<u>1.405</u>	<u>2.234</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2015	2014
Contingências cíveis	1	-
Contingências trabalhistas	30	-
	31	-

Natureza	2014	Adições	2015
Cível	-	1	1
Trabalhista	-	30	30
	-	31	31

Os processos cíveis correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, danos morais e danos materiais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui contingências de natureza cível que totalizam R\$ 203 (R\$ 56 em 2014), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, não existindo processo de valor individual significativo. Em 31 de dezembro de 2015, existem também processos de mesma natureza que totalizam R\$ 110 (R\$ 185 em 2014) e que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 24 de janeiro e 31 de março de 2014, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou parte do capital nos montantes de R\$ 3.500 e R\$ 3.100, respectivamente, passando o capital social integralizado a ser de R\$ 28.326, representado por 33.263.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2015	2014
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

16 Receita operacional líquida

	2015	2014
Receita de prestação de serviços		
Serviços de esgoto	49.307	43.395
Receitas de construção	30.221	110.273
	<u>79.528</u>	<u>153.668</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos	-	(12)
(-) Impostos sobre serviços	(4.762)	(6.179)
	<u>74.766</u>	<u>147.477</u>
Total da receita operacional líquida	<u>74.766</u>	<u>147.477</u>

17 Custos dos serviços prestados

	2015	2014
Pessoal	(4.832)	(3.359)
Conservação e manutenção	(467)	(705)
Serviços de terceiros	(2.501)	(3.534)
Materiais, equipamentos e veículos	(849)	(297)
Amortização	(7.611)	(2.585)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	687	216
Custo de construção	(30.221)	(110.273)
Energia elétrica	(7.686)	(3.865)
Produtos químicos	(601)	(295)
Locação	(512)	(357)
Outros custos	(351)	(203)
	<u>(54.944)</u>	<u>(125.257)</u>

18 Despesas administrativas e gerais

	2015	2014
Pessoal	(2.839)	(1.924)
Conservação e manutenção	(31)	(55)
Serviços de terceiros	(4.727)	(7.015)
Materiais, equipamentos e veículos	(424)	(1.331)
Energia elétrica	(22)	(57)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.881)	-
Seguros	(177)	(372)
Viagens e estadias	(173)	(623)
Provisão para contingências	(31)	-
Impostos, taxas e contribuições	(31)	(136)
Locação	(561)	(1.093)
Publicidade e propaganda	(566)	(1.249)
Outras despesas	(260)	(571)
	<u>(12.723)</u>	<u>(14.426)</u>

19 Despesas financeiras líquidas

	2015	2014
Rendimentos de aplicações financeiras	357	413
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	156	29
Descontos obtidos	5	-
Outros	22	44
Receitas financeiras	<u>540</u>	<u>486</u>
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(14.779)	(10.134)
Juros sobre atraso em pagamentos	(156)	(21)
Despesas com IOF	-	(289)
Despesas e comissões bancárias	(816)	(146)
Impostos s/ receitas financeiras (PIS/COFINS)	(17)	-
Outros	(386)	(760)
Despesas financeiras	<u>(16.154)</u>	<u>(11.350)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(15.614)</u>	<u>(10.864)</u>

20 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, são calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia apresentou base de cálculo negativa para apuração do IRPJ e da CSLL.

	2015	2014
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(8.515)	(3.161)
Alíquota efetiva combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>2.895</u>	<u>1.075</u>
Despesas indedutíveis	(64)	(56)
Outras diferenças permanentes	17	(17)
Imposto de renda e contribuição social: Diferido	<u>2.848</u>	<u>1.002</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>2.848</u>	<u>1.002</u>
Alíquota efetiva	<u>33%</u>	<u>32%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	980	-
Provisão para participação nos lucros	187	118
Provisão para contingências	11	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.557	4.518
Outras provisões	-	4
	<u>9.735</u>	<u>4.640</u>
Ativo fiscal diferido		
Capitalização de juros	(4.141)	(2.489)
Custo de transação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(970)	(248)
Diferimento sobre o lucro com órgãos públicos	(166)	(293)
	<u>(5.277)</u>	<u>(3.030)</u>
Passivo fiscal diferido		
Ativo fiscal diferido líquido	<u>4.458</u>	<u>1.610</u>

21 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2015	2014
Caixa e equivalente de caixa	7.600	52
Aplicações financeiras	3.228	14.448
Contas a receber de clientes	4.447	8.092
	15.275	22.592

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 11.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Fluxo financeiro - 2015							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	8.389	8.389	8.389	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	167.404	456.491	1.627	1.698	1.777	85.212	366.177
Contas correntes partes relacionadas	70.570	70.570	-	-	-	-	70.570
	246.363	535.450	10.016	1.698	1.777	85.212	436.747
Fluxo financeiro - 2014							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	15.553	15.553	13.332	2.221	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	171.173	180.645	175.869	605	604	602	2.965
Contas correntes partes relacionadas	25.130	25.130	-	-	-	-	25.130
Outras contas apagar	6.775	6.775	6.775	-	-	-	-
	218.631	228.103	195.976	2.826	604	602	28.095

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	<u>Valor contábil</u>	
	2015	2014
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	<u>3.228</u>	<u>14.448</u>
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>167.404</u>	<u>171.173</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2015	<u>Cenários</u>				
				I	II	III	IV	V
				<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	3.228	Variação do CDI	13,24%	427	534	641	320	214
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(167.404)	Variação da TR	1,25%	(2.093)	(2.616)	(3.140)	(1.570)	(1.047)
1 + 2				<u>(1.666)</u>	<u>(2.082)</u>	<u>(2.499)</u>	<u>(1.250)</u>	<u>(833)</u>
				<u>Cenários</u>				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2014	I	II	III	IV	V
				<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	14.448	Variação do CDI	10,81%	1.562	1.953	2.343	1.172	781
2- Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(170.999)	Variação do CDI	10,81%	(18.485)	(23.106)	(27.728)	(13.864)	(9.243)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(174)	Variação da TJLP	5,00%	(9)	(11)	(14)	(7)	(5)
1 + 2				<u>(16.932)</u>	<u>(21.164)</u>	<u>(25.399)</u>	<u>(12.699)</u>	<u>(8.467)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informações integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	4	-	7.600	-	7.600
Aplicações financeiras	5	3.228	-	-	3.228
Contas a receber de clientes	6	-	4.447	-	4.447
		<u>3.228</u>	<u>12.047</u>	<u>-</u>	<u>15.275</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	8.389	8.389
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	167.404	167.404
Contas correntes partes relacionadas	9	-	-	70.570	70.570
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>246.363</u>	<u>246.363</u>

	NE	Valor Justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2014
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	4	-	-	52	-	52
Aplicações financeiras	5	7.673	6.775	-	-	14.448
Contas a receber de clientes	6	-	-	8.092	-	8.092
		<u>7.673</u>	<u>6.775</u>	<u>8.144</u>	<u>-</u>	<u>22.592</u>
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	15.553	15.553
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	-	-	171.173	171.173
Contas correntes partes relacionadas	9	-	-	-	25.130	25.130
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>211.856</u>	<u>211.856</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores

contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrado abaixo:

	2015	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	167.404	175.255
	2014	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	171.173	173.272

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, são classificadas na categoria nível 2, e foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

22 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui uma concessão adquirida por meio de uma licitação com a SEMAE. Esse contrato de concessão tem o prazo de duração de 30 anos a ser contado a partir da data da assinatura do contrato no ano de 2012. A Companhia não tem qualquer obrigação mensal ou anual a ser paga para a SEMAE referente à concessão adquirida.

A Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011 e de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012, tem por objeto de operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de coleta, tratamento, deposição ou eliminação de

esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem, projeto e construção dos referidos sistemas, fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamento relacionados com sua atividade fim, compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim, operação de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais, prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da sociedade e participação em outras sociedades dedicadas à sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista. A Companhia assegurou a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário à população residente em Piracicaba/SP. Os índices de investimento do sistema de coleta e tratamento de esgoto atenderam o seguinte cronograma: (i) até junho de 2014 cumprimento do marco contratual 3; (ii) até julho de 2014 cumprimento do marco contratual 4. Até 31 de dezembro de 2014 os marcos contratuais 3 e 4 foram atendidos. O marco 5 inicialmente previsto para 30 de novembro de 2015, após revisão de cronograma, foi prorrogado para 2017.

23 Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2016, a Controladora Aegea Saneamento e Participações S.A., aprovou o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 76.000, sendo subsequentemente integralizado o montante de R\$ 70.570 mediante a utilização de créditos decorrentes de conta corrente.

* * *

Jorge Carlos Amin
Diretor Presidente

Radamés Andrade Casseb
Diretor Executivo

Percival Gratti Junior
Contador - CRC 1SP-239268/O-9